

GARANTIAS AOS TRABALHADORES

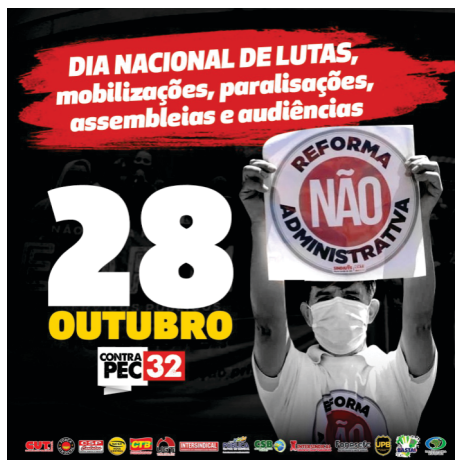
Dia 28 é dia paralisação e Ato conjunto em SP

Assembleia geral ocorre nesta terça-feira (26) às 10h

Diante da grande ofensiva sobre o funcionalismo que na última semana passou pela legitimação do STF no confisco da cobrança previdenciária dos aposentados, da aprovação do PL 26 do Dória na Alesp e da PEC 32 que Bolsonaro/Guedes insistem na aprovação, o funcionalismo das três esferas prometem fazer do dia 28 – dia do funcionalismo, um grande dia de lutas em todo país.

No Estado de São Paulo, o Ato vai ocorrer no dia 28, às 16h na Praça da República. Aqui na região de Campinas estaremos organizando as caravanas para este ATO e mobilizando o funcionalismo contra os ataques. O exemplo dos funcionários municipais de São Paulo, em greve contra a reforma da previdência naquele município, ilustra a necessidade de fortalecer a luta e a mobilização tomando os devidos cuidados necessários em relação à pandemia.

O STU já se reuniu com a Adunicamp para organizar a mobilização, e na próxima terça-feira (26/10) realizaremos a assembleia para discutir a mobilização e a paralisação no dia 28, já que o feriado do dia foi adiado para o dia 29 no calendário da universidade.



Repasse de R\$ 1 bilhão para as universidades anunciado por Dória é Fakenews

O governo Dória divulgou na mídia que vai mandar 1 bilhão pra USP, UNICAMP e UNESP para investimentos. Na última quarta-feira (20/10) chamou os Reitores em São Paulo e antecipou as dotações orçamentárias do excedente da Arrecadação do ICMS, inicialmente o previsto era 118 bilhões, e irá arrecadar em 2021, mais de 135 bilhões. E ainda liberou dotações orçamentárias para investimento. Dória repassou o recurso que já

era direito das universidades, mas ele que tomar o lugar dos reitores e dizer como esses recursos devem ser gastos, interferindo diretamente na autonomia da universidade e tentando colocar as universidades a serviço do seu projeto eleitoral.

O Fórum das Seis cobra a negociação com o Cruesp e defende que estes recursos sejam investidos em reajustes salariais, aumento do vale alimentação, vale alimentação adicional EM DEZEMBRO (solicitado pelo STU ofício 269/2021).

**ASSEMBLEIA STU
DISCUTE MOBILIZAÇÃO 28/10**
Terça-feira, 26 de outubro às 10h

Link:

<https://meet.google.com/gvg-ziqh-upx>

Há 98 dias aguardamos a retomada das negociações

Enquanto os salários, que receberam ínfimas correções nos últimos anos, são vítimas da inflação, o caixa das universidades está em alta, o comprometimento com folha de pagamento das universidades, em setembro/2021 foi menor desde 1989.

Há mais de 98 dias o presidente do Cruesp se recusa em dar andamento nas negociações.

Reunião debate garantias para o retorno do trabalho presencial



Reunião com reitoria do retorno.

Na última quarta-feira (20/10) aconteceu um encontro entre o STU e representantes com a reitoria, a fim de dar a continuidade no debate da pauta sobre política sanitária do retorno. A reunião era continuidade da realizada em 13 de setembro. O sindicato defende o retorno presencial seguro aos trabalhadores e

debate temas para assegurar garantias aos funcionários.

Os fretados

A reitoria se comprometeu a fazer uma discussão específica com o STU e a prefeitura do campus para discutir as questões específicas do fretado, especialmente relacionadas à ventilação e distanciamento.

Ambientes interno

Foi anunciado um conjunto de providências para garantir a filtragem do ar nos aparelhos de ar condicionados, mas estas dependem de contratações.

Avaliação sanitária das Unidades

Alegou que delegou aos comitês locais um balanço das dificuldades sanitárias nas unidades e que fará uma cobrança com agenda para que se tenha um balanço da

situação. As unidades devem recorrer se necessário as análises técnicas arquitetônicas e da segurança do trabalho.

Máscaras

A Unicamp reafirma política centralizada de distribuição das máscaras e mantém como prioridade a distribuição de máscaras tipo cirúrgica e as Pff2 só para situações específicas.

Os representantes reafirmaram a preocupação com política do retorno, sem que as condições sanitárias sejam asseguradas e que a reitoria deveria ampliar o debate com as entidades, uma vez que existe a tendência no agravamento dos problemas na medida da ampliação do retorno e aumento da população que frequenta o ambiente universitário.

A aprovação do PL26 é uma grande derrota para os Servidores Públicos



Em meio a denúncias de 'compra de voto', por meio da liberação de emendas, deputados votam contra os trabalhadores do serviço público

A nova e mais pesada reforma administrativa, o PLC26 do governador João Doria, foi aprovado com 50 votos, e abre espaço para a demissão de servidores que não se encaixarem nos critérios – seja lá quais forem eles – das chefias de cargos nomeados, ou seja, muitos de cargos

políticos. Também acaba com as faltas abonadas, aquelas conquistadas com muita luta para que servidores possam levar filhos ou parentes ao médico, por exemplo. No PLC26, na regulamentação da política de bonificação, as universidades foram excluídas, apesar de não estarem incluídas é de um enorme prejuízo para os servidores públicos. O PLC26 cria a regra e a possibilidade de contratar servidores temporários em caso de greve, atacando um direito constitucional dos trabalhadores.

Na nossa região (RMC) 4 deputados votaram contra os servidores públicos são eles: Bruno Ganem (PODEMOS/Indaiatuba), Rogério Nogueira (DEM Indaiatuba), Barros Munhoz (PSB/Itapira), Dirceu Dalben (PL/Sumaré).

Leia mais nas páginas 1 e 2 do Fórum das Seis.

O STF legitima o confisco de Doria nos salários de aposentados e pensionistas

O tema debatido no Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 875958 foi de relatoria do ministro Luís Roberto Barroso, que teve Repercussão Geral (Tema 933).

O confisco foi aprovado por unanimidade pelo STF e legítima o confisco já encaminhado pelo Dória. Processo do STU e demais entidades estavam sobrestado - aguardando decisão de instância superior.

Nova Contribuição

A Lei Complementar nº 1.354/2020 colocou em vigor a partir do dia 05/06/2020 (refletindo no salário pago em julho/2020) a nova contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas civis, com alíquota de 16% sobre o valor que ultrapassar o teto do RGPS - Regime Geral de Previdência Social, fixado em R\$ 6.101,06.

Organização das brigadas de incêndio na área de saúde



O sindicato em reunião com o prof. Oswaldo da Rocha Grassiotto e a equipe da Diretoria Executiva da Área de Saúde - DEAS. Na pauta a estruturação das brigadas de incêndio na área de saúde, um tema que o STU vem demandando insistentemente com cobranças ao HC e ao Caism para a efetivação das brigadas. No HC foram tomadas algumas iniciativas, mas no Caism não. Recentemente, após um princípio de incêndio ocorrido na UTI neonatal do Caism, o problema ficou mais evidente. Foi definido que o DEAS condenará um processo de estruturação das brigadas e posteriormente a certificação dos espaços, observando as devidas estruturas de segurança. O STU vai acompanhar e cobrar para que isso de fato ocorra.

STU se reúne com CECOM para discutir a pauta de vacinação

No dia 15/10, o STU reuniu-se com a direção do CECOM para discutir sobre a vacinação, principalmente a 3ª dose, a partir das demandas levantadas por diretoras do sindicato da área de saúde.

Na reunião estavam presentes o diretor Kiko do STU, a coordenadora Rose e o coordenador adjunto Rogério do CECOM (Centro de Saúde da Comunidade).

Questionamentos

- Horário da vacinação (das 8h30 às 14h30), esse limite do período dificulta o acesso dos trabalhadores do turno noturno. Segundo o CECOM, a logística do esquema vacinal dificulta a antecipação desse horário. E por outro lado, o lote de vacinas abertos e a necessidade em repassar aos postos de saúde a fim de serem utilizados em tempo, no caso das sobras de doses, restringe o horário até às 14h30.

- A responsabilidade do Centro de Saúde da Comunidade em relação ao esquema vacinal e foi informado pelo CECOM que a responsabilidade cabe às Secretarias de Saúde Municipal e Estadual. No caso da 3ª dose, assim como ocorreu no início da vacinação, em que os hospitais ficaram responsáveis por vacinar suas equipes, esse procedimento foi mantido para a dose de reforço.

- Quem não tomou a 1ª e a 2ª dose deve procurar a Secretaria Municipal de Saúde em sua cidade.

Compromissos assumidos pelo CECOM

- Elaborar uma planilha com os dados comparativos entre o percentual de vacinados e relacionando a influência do horário no processo do esquema vacinal de reforço. E a partir desse levantamento será discutido possibilidade de alternativas com o sindicato, para facilitar a vacinação da 3ª dose desses trabalhadores. O CECOM, também se comprometeu na elaboração de uma nota pública esclarecendo sobre esse processo de vacinação.



STU discute a falta de materiais no HC

O sindicato tratou em reunião com superintendência do HC falta de materiais como lençóis e toalhas nas enfermarias apontada pelos representantes do CR (Conselho Representantes). Segundo ofício assinado pelo superintendente, o Prof. Dr. Antonio Gonçalves de Oliveira Filho, a superintendência está tomando as devidas providências, encaminhando para a reposição por meio de aquisição e outros encaminhamentos para suprir a carência dos materiais apontados.

Receba as notícias do STU via WhatsApp

O STU começou a enviar notícias aos servidores e servidoras da Unicamp pelo celular, por meio de Lista de Transmissão do aplicativo WhatsApp.

Salve o nosso número: **(19) 99971-4867** nos contatos do seu celular, assim que você receber a nossa primeira mensagem.

Sob denúncia de troca de votos por emendas, Alesp aprova **PLC 26** em noite de ataques aos serviços públicos e ao funcionalismo

Veja quem são os 50 fantoches de Doria

Após duas semanas de mobilização do funcionalismo estadual, que conseguiu breca a aprovação do projeto de lei complementar (PLC) 26 na Assembleia Legislativa, a base governista deu o bote final na noite de 19/10. Sob denúncias de distribuição de emendas em troca de votos, a Alesp aprovou, por 50 a 29, a minirreforma administrativa desejada pelo governador Doria.

As entidades que compõem o Fórum das Seis participaram ativamente das mobilizações presenciais e virtuais contra o projeto desde que foi protocolado, em 5/8, em regime de urgência. Elas atuaram organizadas na **Frente Paulista em Defesa do Serviço Público**, que reúne cerca de 80 sindicatos e movimentos representativos do funcionalismo.

O PLC 26/2021 confisca uma série de direitos e dificulta bastante o usufruto de outros. Disciplina e amplia as contratações temporárias, retira a correção anual do adicional de insalubridade pelo IPC e o extingue durante o gozo de licença-prêmio, restringe e dificulta o acesso ao abono de permanência, entre outros, como mostra intertítulo ao lado.

Parlamentares de joelhos

O deputado Campos Machado (Avante), opositor ao projeto, acusou os/as parlamentares que somaram fileiras com os ataques de Doria. “Arrastaram-se de joelhos sob os pés do governador para pedir emendas voltadas a seus redutos eleitorais em troca de apoio ao PLC 26”, disse na tribuna.



“O funcionalismo deve denunciar os deputados traidores do povo, que votaram sim ao perverso projeto de Doria, que prejudica e ataca os direitos dos servidores públicos do estado”, conclamou o deputado Carlos Giannazi (PSOL).

Márcia Lia e Emídio de Souza, do PT, ressaltaram o grande prejuízo à população com a ampliação das contratações temporárias e apontaram a hipocrisia de deputados/as que fazem homenagens públicas a médicos/as, enfermeiros/as, professores/as enquanto os atacam na Alesp.

Já o deputado Caio França (PSB) criticou a criação do programa de Bonificação por Resultados para os setores onde ainda não existe (*Nota da redação: esta medida não se aplica às universidades*). “Apresentam a medida como se fosse positiva, mas na verdade é um retrocesso, pois o bônus não resolve a defasagem salarial e, além disso, será dado a critério dos secretários de estado, o que poderá ferir princípios basilares da administração pública, como o da impessoalidade.”

Os principais prejuízos aprovados

Com a aprovação do PLC 26/2021, alguns direitos do funcionalismo são confiscados e outros passam a vigorar sob critérios rígidos. Estas são as principais mudanças:

- O PLC 26 estende a Bonificação de Resultados, baseada em produtividade, a vários setores do serviço público paulista (as universidades estaduais ficam de fora, devido à autonomia administrativa e de gestão);
- Disciplina a contratação de temporários;
- Extingue as faltas abonadas;
- Acaba com a correção anual pelo IPC do adicional de insalubridade;
- Acaba com o pagamento de insalubridade nas licenças-prêmio;
- Revoga o pagamento das licenças-prêmio na aposentadoria e falecimento;
- Estabelece novos critérios (mais rígidos) e menores valores para a concessão do abono permanência, que valerá pelo período de 12 meses, podendo ser revisto.

Segue a luta contra a PEC 32, a reforma administrativa federal

O presidente da Câmara dos Deputados e apoiador do governo Bolsonaro, Arthur Lira (PP/AL), ainda não conseguiu consolidar os votos necessários para colocar em votação a proposta de reforma administrativa federal (PEC 32).

Temos que aumentar a pressão nas ruas, nas redes e no Congresso. A um ano das eleições de 2022, o recado aos parlamentares é um só: quem votar contra os direitos do povo brasileiro, não volta.

Acesse

<https://napressao.org.br/campanha/nao-a-reforma-administrativa>

e pressione as/os deputadas/os.



No verso, confira os nomes dos 50 inimigos do funcionalismo



SAIBA QUAIS FORAM OS DEPUTADOS QUE VOTARAM A FAVOR DO **PLC 26**

Parlamentar	Partido	Voto
FERNANDO CURY	CIDADANIA	Sim
L ROBERTO MORAIS	CIDADANIA	Sim
DANIEL SOARES	DEM	Sim
ESTEVAM GALVÃO	DEM	Sim
L MILTON LEITE FILHO	DEM	Sim
RODRIGO MORAES	DEM	Sim
ROGÉRIO NOGUEIRA	DEM	Sim
L JORGE CARUSO	MDB	Sim
LÉO OLIVEIRA	MDB	Sim
PROFESSOR WALTER VICIONI	MDB	Sim
DANIEL JOSÉ	NOVO	Sim
HENI OZI CUKIER	NOVO	Sim
RICARDO MELLÃO	NOVO	Sim
L SERGIO VICTOR	NOVO	Sim
L ARTHUR DO VAL	PATRIOTA	Sim
ANDRÉ DO PRADO	PL	Sim
DIRCEU DALBEN	PL	Sim
MARCOS DAMASIO	PL	Sim
L RICARDO MADALENA	PL	Sim
THIAGO AURICCHIO	PL	Sim
ATAIDE TERUEL	PODEMOS	Sim
BRUNO GANEM	PODEMOS	Sim
L MARCIO DA FARMÁCIA	PODEMOS	Sim
MURILO FELIX	PODEMOS	Sim
L DELEGADO OLIM	PROGRESS	Sim

Parlamentar	Partido	Voto
TENENTE NASCIMENTO	PROGRESS	Sim
L BARROS MUNHOZ	PSB	Sim
CARLOS CEZAR	PSB	Sim
G VINÍCIUS CAMARINHA	PSB	Sim
ALEX DE MADUREIRA	PSD	Sim
L ANALICE FERNANDES	PSDB	Sim
CARLA MORANDO	PSDB	Sim
P CARLÃO PIGNATARI	PSDB	Sim
CEZAR	PSDB	Sim
DRA. DAMARIS MOURA	PSDB	Sim
MARCOS ZERBINI	PSDB	Sim
MARIA LÚCIA AMARY	PSDB	Sim
MAURO BRAGATO	PSDB	Sim
PATRÍCIA BEZERRA	PSDB	Sim
ADALBERTO FREITAS	PSL	Sim
RODRIGO GAMBALÊ	PSL	Sim
TENENTE COIMBRA	PSL	Sim
L DOUGLAS GARCIA	PTB	Sim
EDSON GIRIBONI	PV	Sim
L MARINA HELOU	REDE	Sim
L ALTAIR MORAES	REPUBLICA	Sim
GILMACI SANTOS	REPUBLICA	Sim
JORGE WILSON	REPUBLICA	Sim
WELLINGTON MOURA	REPUBLICA	Sim
L ALEXANDRE PEREIRA	SOLIDARIE	Sim



Ato do funcionalismo em frente à Alesp na noite de 19/10